

**ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

5.^a

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

----- Para se verificar a existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e dois membros dos quarenta e três, que constituem este órgão deliberativo e que a seguir se identificam: -----

- Ilídio Granjo Vaz, -----
- António de Jesus Cordeiro, -----
- José Maria Preto, -----
- João Fernando Pinto de Freitas Meira, -----
- Maria Teresa Cordeiro Afonso, -----
- Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, -----
- José Francisco Bento Sanches Branco, -----
- Ilídio Simões Martins, -----
- Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, -----
- Altino dos Anjos Aleixo, -----
- Antero Augusto Neto Lopes, -----
- Antónia de Jesus Moura Cardoso, -----
- Fernando António Atanásio Pereira, -----
- Cândido Francisco Fernandes, -----
- Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarça, -----
- Armando do Nascimento Cordeiro, -----
- Daniel Fernando Ribeiro Salgado, -----
- Filipa Isabel Serafim Martins, -----
- José dos Santos Carrasco, -----
- Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, -----
- Ana Paula Miguéis Gonçalves Sá, -----
- António Augusto Gonçalves, -----

- Cláudio Rafael Gouveia Pires, em substituição do senhor Vítor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, -----
- António Luís Bernardo Martins, -----
- João de Deus Possacos, -----
- José Francisco Marcos Carrasco, -----
- António dos Santos Aleixo, -----
- Luís António Rodrigues Fernandes, -----
- José António Freitas, -----
- Martinho do Nascimento Major, -----
- José António Patrão, -----
- Carlos Alberto Sousa Reis, -----
- António Cândido Batista Cordeiro, -----
- Francisco Manuel Fernandes, -----
- Agostinho Joaquim Fernandes, -----
- Vítor Manuel de Oliveira Coelho, -----
- António José Marcos, -----
- Américo Rodrigues, -----
- Belarmino Silvestre Pinto, -----
- Manuel Maria Sousa, -----
- Manuel dos Anjos Garcia. -----

----- Foi justificada a falta do membro Vítor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso. -----

----- De registar a falta de comparência do membro José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia:-----

ORDEM DO DIA

----- **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **1.1 Ata da Sessão Ordinária do dia 30 de junho de 2014** –
Apreciação e Deliberação. -----

----- **1.2** Informação da Correspondência Recebida. -----

----- **1.3** Período de Intervenção do Público. -----

----- **1.4** Assuntos de Interesse Relevante do Município. -----

----- **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **2.1** Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo – alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **2.2 3.ª Revisão do Orçamento Municipal da Despesa de 2014** –
Análise e Deliberação. -----

----- **2.3 4.^a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos de 2014 –**
Análise e Aprovação. -----

----- **2.4 2.^a Revisão do Plano de Atividades Municipal de 2014 –**
Análise e Aprovação. -----

----- **2.5 Autoridade Tributária e Aduaneira – Comunicação das**
Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis respeitantes ao Ano de
2014 a liquidar em 2015 – Análise e Aprovação. -----

----- **2.6 Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e**
Urbanismo – Alteração do Plano de Pormenor do Loteamento
Industrial de Mogadouro – Análise e Aprovação. -----

----- **2.7 Comandante Operacional Municipal –** Autorização das
Despesas no Âmbito da Candidatura ao Fundo de Emergência Municipal,
Incêndio dos Picões. Autorização para Realização de Obras por
Administração Direta até ao Valor de € 220.000,00 de Acordo com o n.º 3
do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho – Análise e Aprovação.

----- **2.8 U.L.S.N. – Protocolo de Colaboração entre a Unidade Local**
de Saúde do Nordeste, EPE e os Municípios de Mogadouro, Miranda
do Douro e Vimioso e as Santas Casas de Misericórdia de Mogadouro,
Miranda do Douro e Vimioso. Repartição de Custos Plurianuais,
autorização nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012,
de 21 de fevereiro – Análise e Deliberação. -----

----- **2.9 Associação de Municípios do Douro Superior – Concurso**
Público Internacional – “Prestação de Serviços de Recolha e Transporte
de RSU’s para Estação de Transferência, Lavagem e Manutenção da
Contentores e Limpeza para os Concelhos do Douro Superior” –
Repartição de Custos Plurianuais, autorização nos termos da alínea c) do
n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Análise e
Deliberação. -----

----- **2.10** Outros assuntos. -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão,
cumprimentando a assembleia e o público que se encontrava presente, um
grupo de alunas do Agrupamento de Escolas de Mogadouro que se fizeram
acompanhar com o seu professor e também membro municipal desta
Assembleia, o senhor José Maria Preto. Deu-lhes as boas-vindas e disse-
lhes que tinham feito bem em vir assistir à sessão. Tinha feito bem em vir
e que deviam vir mais vezes porque assim poderão, mais tarde, exercer o
direito cívico de cidadania e quem sabe, se um dia, não venham a substituir
estes membros. Fez-lhes uma breve resenha da composição e do
funcionamento do órgão deliberativo e aproveitou para lhes ler o
Preâmbulo do Regimento da Assembleia, colocando-as à vontade para,
querendo, intervirem no período que a Ordem do Dia lhes reservava, no seu
ponto, “1.3 Período de Intervenção do Público”. -----

----- **SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2014:**

- O senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer, através de fotocópia, entregue a todos os membros, o Relatório de Acompanhamento, enviado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Fernando Peixinho & José Lima – SROC, Lda., de Bragança, referente ao primeiro semestre do ano de dois mil e catorze, que continha informação sobre a situação económica e financeira desta Autarquia, nos termos do que dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **“COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 4 – 2014”**

- O senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer, através de fotocópia proveniente da Divisão dos Serviços Integrados da Presidência (DSIP) da Câmara Municipal, a relação que continha os processos administrativos levados a cabo pela autarquia, no âmbito da Lei dos Compromissos, onde constava a entidade adjudicatária, o número de processo, a designação, o início, o fim, o valor e o tipo de procedimento dos contratos. -----

----- De seguida, passou ao primeiro ponto da Ordem do Dia desta sessão:

----- **1.1 ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 2014 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO:**

- Registaram-se as intervenções do membro António Cordeiro que pediu a correção da palavra “garu” pela palavra “grau”, a folhas vinte e três da ata e a membro Antónia Cardoso que disse: *“Eu votei contra a penúltima ata e fiz aqui uma intervenção que resumir não era alterar, nem deturpar. Votei contra e fiz mais explicações. Não aparecem na ata, não sei se ingenuamente, se por querer, mas não aparece nada. Votei contra”*. -----

----- O senhor Presidente disse que iria ver com o Secretariado, corrigindo-a. Colocou de seguida, a ata da sessão ordinária do dia trinta de junho de dois mil e catorze à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **1.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:**

- A Assembleia tomou conhecimento, só de parte, da correspondência recebida porque a restante não tinha sido enviada, devido à falta da trabalhadora Dona Isabel Preto, que fora novamente internada e a trabalhadora substituta encontrava-se no final do período de férias. Com antecedência, foi-lhes enviada cópia para conhecimento de um ofício datado de quinze de julho do corrente ano, proveniente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros referente a uma moção sobre a defesa da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros. -----

----- O senhor Presidente comunicou aos membros da Assembleia, decorrente do que se acha preceituado no artigo 35.º, n.º 1, alíneas c) e s) do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, também plasmado na alínea

k) do n.º 3 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia, de que a Mesa não recebeu qualquer informação escrita por parte do senhor Presidente da Câmara relativa aos requerimentos apresentados e aprovados, por unanimidade por este órgão, onde solicitava informações e documentos. ---
----- Depois de apresentados à Mesa, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação os seguintes votos de louvor e de pesar: -----
----- O Voto de Louvor, subscrito por sete membros da bancada do Partido Socialista, que adiante se transcreve: -----
----- *“A Bancada Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal vem expressar um Voto de Louvor ao distinto Atleta deste concelho Mário André Afonso Freitas pela sua chamada à seleção nacional do Futsal, bem como aos Atletas Rui Muga e Pedro Rodrigues pelos excelentes resultados que têm obtido na modalidade de Atletismo na época desportiva 2013/2014”*. -----
----- Colocado à votação o assunto foi aprovado, por unanimidade e deliberado que seja levado ao conhecimento dos mesmos. -----
----- O Voto de Pesar, subscrito por sete membros da Bancada Municipal do Partido Socialista, que entendeu a Assembleia, também subscrevê-lo: ---
----- *“A Bancada Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal vem expressar um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Tomás Santos Pires, membro da Junta de Freguesia de Saldanha”*. -----
----- Colocado à votação o assunto foi aprovado por unanimidade e deliberado que sejam enviadas as sentidas condolências à família enlutada.
----- O Voto de Pesar subscrito por três membros do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata: -----
----- *“Pai do deputado José dos Santos Carrasco, sogro do deputado José dos Santos Carrasco, avô do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Brunhoso, José Francisco Carrasco e cunhado do deputado, Belmiro Ferreira”*. -----
----- Colocado à votação o assunto foi aprovado por unanimidade e deliberado que sejam enviadas as sentidas condolências às famílias respetivas. -----
----- Foi ainda apresentado outro Voto de Pesar, assinado por um membro da Bancada do partido Social Democrata: -----
----- *“Pelo falecimento da avó do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Saldanha”*. -----
----- Colocado à votação o assunto foi aprovado por unanimidade e deliberado que sejam enviadas as condolências ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Saldanha, Francisco Manuel Fernandes. -----
----- **1.3 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve intervenções por parte do público presente. -----

----- 1.4 ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE DO MUNICÍPIO (ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO): - O senhor Presidente da Assembleia abriu um período de intervenções, registando-se as seguintes: -----

----- ILÍDIO MARTINS – Interveio e começou por agradecer a presença das alunas que estiverem presentes na sessão, elogiando o gesto pedagógico feito pelo senhor Presidente do órgão. -----

----- Disse que queria fazer dois ou três reparos aos relatórios das atividades dos membros da Câmara quando foi interrompido pelo senhor Presidente que lhe lembrou que sobre esse assunto só poderia pronunciar-se no ponto a seguir da Ordem do Dia. -----

----- Voltou a lembrar o Presidente da Câmara Municipal para a criação da toponímia ou para a existência de uma que já venha do anterior mandato, solicitou-lhe uma vez mais as atas das reuniões dessa comissão para consulta. -----

----- SANDRA MESQUITA – Interveio para saudar também as jovens que se encontravam a assistir à sessão. -----

----- Chamou a atenção para as situações, por ela assinaladas em anteriores sessões, e que não obtiveram reparos da parte da Câmara Municipal, tais como: os sinais e materiais abandonados junto às bermas das estradas durante o decurso das obras, dando como exemplo a Zona Industrial, achando-as de falta de zelo. -----

----- Referiu-se aos trabalhos realizados no parque infantil do bairro São Sebastião, em Mogadouro. Quando abordou o assunto, na última sessão, um dos responsáveis do órgão executivo disse-lhe que, para além de ser criado um campo de jogos, os divertimentos lá existentes era para continuar a existir, o que agora depois da obra concluída disse não ser assim, considerando ser uma falha de afirmação daquele órgão. -----

----- Perguntou ao executivo sobre o resultado do inquérito realizado junto dos feirantes e da associação de comerciantes sobre as datas de realização das feiras. -----

----- Sobre a construção da Casa Mortuária, obra que está em curso na alameda de Nossa Senhora do Caminho, perguntou ao executivo pelo projeto; a vista da maquete; o valor da obra e a exposição do alvará do construtor. Levantou ainda a questão do espaço ser um espaço sagrado e pertencente a uma Comissão Fabriqueira onde a Câmara está a fazer obras. Sobre umas luminárias recentemente lá colocadas perguntou ao executivo se teve autorização da fabriqueira ou do pároco. -----

----- Alertou a câmara para a obrigatoriedade de todos os sinais que indiquem as saídas da vila de Mogadouro estejam bem sinalizados, apontando um que está na Cooperativa Agrícola que está tapado por uma árvore, assinalando ainda a forma como outros sinais de trânsito se encontram tortos, inclinados ou danificados. -----

----- Disse concordar com a preocupação demonstrada pelo membro Ilídio Martins em relação à toponímia. -----

----- Falou ainda dos acessos à escola do primeiro ciclo e das soluções que poderão ser aproveitadas para melhorar o trânsito diário para aquele lugar. -----

----- **FILIPA MARTINS** – Interveio e referiu que era a terceira vez que falava naquela Assembleia, na necessidade de ser constituído o Conselho Municipal da Juventude, questionando o Executivo se já tinha feito as *démarches* nesse sentido. -----

----- **JOSÉ BRANCO** – Interveio e lembrou que, na anterior sessão tinha colocado duas ou três questões, para as quais não obteve resposta da parte do órgão executivo, mas que, para uma delas tinha conseguido lê-la nas atividades dos membros daquele órgão quando questionou o senhor Presidente da Câmara para saber quantos meios de transporte tinham ido para França. Disse que conseguiu ver que foram dois, um saiu às três da manhã, onde viajou a senhora Vereadora Virgínia e outro que saiu às sete da manhã onde viajou o senhor Presidente da Câmara, ambos para o mesmo destino. -----

----- Quis saber ainda qual tem sido o critério adotado pela câmara municipal quanto à utilização dos autocarros municipais, quantos pedidos já houve e quem pagou as taxas. -----

----- Questionou o senhor Presidente da Câmara quanto à existência de algum fundo de verdade, porque disse correr no concelho que, um elemento do gabinete de apoio ao executivo está ligado, ou mesmo indiretamente, à contratualização de espetáculos levados a efeito pela autarquia. -----

----- Em relação à Casa Mortuária pediu informação à Câmara Municipal sobre, se o terreno onde está a ser construída, é pertença do município. -----

----- Disse ainda ler na relação dos compromissos que a obra do polidesportivo do bairro São Sebastião tinha tido início no dia vinte e oito de agosto e fim no dia vinte e nove de setembro, mas o seu filho já jogava lá à bola em agosto, questionando o executivo como era possível fazer uma obra sem o projeto estar aprovado, sem ter dado sequer entrada na câmara. Quis saber como foi feito o projeto, quando foi assinado, qual o início e o fim da obra, pedindo cópia do contrato. -----

----- **ANTÓNIO CORDEIRO** – Interveio e disse congratular-se com o início de algumas obras que estão já a decorrer no concelho, enumerando-as, as obras da Zona Industrial; a Casa Mortuária; a cobertura do estádio do Centro Escolar; a remodelação do largo de Sanhoane – Santo Amaro; o depósito de água do Penedo e a adutora entre o Penedo e o Castelhinho; a recuperação e valorização ambiental da ribeira do Juncal; a requalificação do parque São Sebastião e o concurso por ajuste direto para obras nos estragos do incêndio do verão passado, explicando que os procedimentos para levar a efeito as empreitadas de obras públicas levam o seu tempo,

muitas vezes, mais tempo do que a realização das próprias obras, e que este, é só o princípio de muitas outras que irão ser levadas a cabo para que se gastem os dinheiros porque esbanjá-los, disse, não ser bom. -----

----- **ANTÓNIO MARTINS** – Interveio para dizer que depois de ter ouvido com atenção o anterior interveniente esteve a tentar encontrar alguma obra da autoria exclusiva do Partido Socialista, só quando falou na Casa Mortuária e no parque do bairro de São Sebastião, porque as restantes obras mencionadas, lembrou, já vinham do anterior executivo. -----

----- Disse que queria falar, em primeiro lugar, da questão das escolas e sobretudo da escola da sua aldeia, Bemposta. Que a câmara tinha assumido e disse ser da responsabilidade desta, assegurar as atividades extra curriculares, informando que tem sido abordado pelos pais e encarregados de educação, porque as crianças ficam na escola às oito e meia da manhã e não há ninguém a recebê-las, a porta não está aberta. Alertou ainda para o facto daquelas crianças que vêm de outras aldeias e ficam abandonadas. Foi dizendo que a questão da pré-primária está a funcionar muito mal que tem sido a educadora a assegurar o horário das quatro até às seis da tarde, voltando a vincar, ser da responsabilidade da autarquia colocar mais pessoal auxiliar. Que solicitou aos representantes da câmara, juntamente com os pais das crianças a continuidade das trabalhadoras que lá estavam, confirmando os pais e a educadora que aquelas tinham prestado um bom serviço. Disse ainda que tinha disponibilizado a junta para prestar o apoio necessário. -----

----- Chamou a atenção da câmara para a falta que a máquina giratória tem feito para efetuar determinados serviços nas aldeias, tais como, a limpeza das valetas e os caminhos, criticando a opção da compra da buldózer que disse estar, há mais de um mês parada, na Zona Industrial e, neste momento, tem a câmara recorrido ao serviço de máquinas particulares, o que disse ser a privatização de serviços, encostar as máquinas da autarquia e entregar a gestão dos serviços a privados, tendo estranhado a atitude por ser esta uma câmara socialista. -----

----- **JOÃO MEIRA** – Interveio para dizer que gostaria de saber como estava o assunto sobre a monografia do concelho, que foi paga no anterior executivo. -----

----- Disse ainda que gostaria também de saber, porque lhe tinha constado, que também solicitaram à UTAD um vídeo sobre Mogadouro, que também foi pago, perguntando em que ponto estava. -----

----- Falando diretamente para o presidente da junta de freguesia de Bemposta, disse: *“António, nós temos que ser sérios, aplicar nisto a maior seriedade possível quando nos propomos exigir alguma coisa, seja a quem for, temos que ter as mãos limpas, quero dizer com isto que também da parte da junta de freguesia de Bemposta, tem sido solicitado pela câmara a apresentação de algumas coisas e neste caso refiro-me concretamente ao*

dinheiro que vos foi atribuído já pela câmara para a piscina e até ao momento nada a câmara recebeu". -----

----- **ANTÓNIO MARTINS** – Usando da palavra para se defender, interveio para responder ao anterior interveniente, dizendo que para falar de seriedade e de mãos limpas estava ali e que estava de consciência perfeitamente tranquila. Lembrou, que já na última sessão, tinha sido abordado em relação ao assunto da piscina e a resposta que tinha para dar na presente sessão ia ser dada no mesmo sentido, informando que todo o dinheiro que foi protocolado com a Câmara foi recebido na íntegra pela junta de freguesia de Bemposta. Estranhou ainda, o facto de só ele, como presidente, ou aquela junta estar a ser questionada, afirmando que houve, com certeza, mais juntas de freguesia que receberam dinheiros para obras protocoladas e os seus presidentes não são assim falados. -----

----- **ANTÓNIO GONÇALVES** – Interveio e disse, lendo um manuscrito que adiante se traduz: -----

----- *“Mogadouro tem tudo. Tem tudo e mais que Miranda”*. -----

----- *Este bairrismo fica bem ao Dr. Antero e a todos nós*. -----

----- *“A gaita mirandesa não é mirandesa” diz o Dr. Antero, mas, o verdadeiramente importante não é ser ou não ser mirandesa. O importante é que ao longo do tempo ela permaneceu e tocou-se no planalto, em todo o planalto mirandês*. -----

----- *“Os maiores gaiteiros de sempre são o já falecido de Travanca e “tiu” Zé Maria de Urrós”*. -----

----- *Verdade que serão os da sua lembrança, os mais próximos no tempo e na memória. Mas, se for a Caçarelhos o maior de sempre foi o tiu Ventura. E, se algum dia na sua terra tem pedido opinião ao recentemente falecido Adérito Gaiteiro ouviria que o gaiteiro dos gaiteiros foi o das Quintas das Quebradas senhor de uma memória capaz de reter e tocar de cor perto de trezentas composições que ensinava a quem as queria aprender e que para além disso construiu todas as gaitas com que tocou.*

Mas, se falar com “tiu” Zé Maria ouvirá que não há gaiteiros menores ou maiores, há gaiteiros simplesmente gaiteiros, e, cada um a seu modo toca.

----- *O importante não é o “maior” ser ou não de Mogadouro, o importante é haver muitas que no Planalto em todo o planalto mirandês toquem, construam e divulguem o instrumento fortalecendo uma cultura comum a todos*. -----

----- *“Os pauliteiros de Miranda não são de Miranda*. -----

----- *Pois, e mais uma vez o importante é quem tal como a gaita e tal como os gaiteiros eles permaneceram e dançaram no planalto, em todo o planalto mirandês independentemente do “chamadoiro” ser pauliteiros ou dançadores. Todos dançam os mesmos laços. E, para além dos laços e dos pauliteiros aí estão as chulas, o baile agarrado, o baile picado, ... nos lugares de sempre, as terras do planalto mirandês*. -----

----- *Gaita, gaiteiros, pauliteiros ou dançadores, laços, chulas, baile agarrado, baile picado, ... são comuns a todo o planalto. -----*

----- *Santiago foi capital do “pagus Astiático”. -----*

----- *E, como todas as capitais das circunscrições administrativas do reino dos Suevos foi povoação importante há mais de mil e quatrocentos anos, na segunda metade do séc.VI. -----*

----- *Daí para cá o reino suevo foi absorvido pelo reino Visigodo. Os visigodos empurrados pelos árabes para as Astúrias onde se reorganizam e iniciam a reconquista. Formam-se na península diferentes reinos cristãos. Funda-se Portugal. Os núcleos populacionais evoluem e ganham ou perdem importância. Enquanto Santiago entra em declínio florescem no território do antigo pagus Astiático, agora denominado Terra de Miranda as povoações de Mogadouro, Penas Roias, Algosó, Miranda e Outeiro que se tornam guardiãs da 1.ª linha de defesa da fronteira. Nestas povoações são construídas, renovadas, ampliadas fortificações e em simultâneo criam-se mecanismos para atrair novos povoadores seja com o acréscimo de direitos, seja com a discriminação das obrigações, seja ainda com o perdão dos crimes. -----*

----- *Mas as transformações, o ganhar ou perder importância das povoações é uma constante e disso são exemplos: -----*

- *O nascimento e a extinção de concelhos medievais – Azinhoso, Penas Roias, Bemposta, Castro Vicente, ... -----*
- *A reforma administrativa do séc. XIX que retira Lagoaça ao concelho de Mogadouro e a integra no de Freixo. -----*
- *A muito recente extinção de várias freguesias no nosso concelho com a consequente perda de importância e para a qual contribuiu o próprio Dr. Antero na qualidade de membro desta Assembleia. -----*

----- *Todas estas mudanças não transformaram a cultura desta região porque ela não é mudável administrativamente. -----*

----- *É ou não verdade que há uma cultura comum nas terras do Planalto Mirandês de que o concelho de Mogadouro faz parte? -----*

----- *Todos sabemos que sim e não há como negar esta evidência. -----*

----- *Se temos uma cultura comum qual a razão para que esta Assembleia não tenha votado a adesão à Associação de Língua e Cultura Mirandesa? -----*

----- *É o nome que confunde? -----*

----- *Dr. Antero, o senhor que fez uma intervenção tão crítica à abrangência territorial desta Associação, que em seu entender deveria confinar-se a Miranda ou até mesmo só a Sendim quando escreve e publica “Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro” não tem pejo em ir buscar os judeus de Lagoaça e nomeadamente a Junta Judaica de 1934 quando Lagoaça desde meados d séc. XIX pertencia ao concelho de Freixo e até o seu presidente e meu avô era vereador da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta. -----*

----- Para o seu livro não teve qualquer problema em meter o concelho de Freixo (Lagoaça) no de Mogadouro. -----

----- Critérios duplos e dúbios que não entendo mas o tempo há-de esclarecer-nos e mostrar-nos a verdadeira razão desta sua intervenção. –

----- Se não é o nome que confunde é o homem que a encabeça? -----

----- Senhor Dr. Antero, o senhor acredita verdadeiramente que o Dr. Amadeu Ferreira “um dos maiores vultos intelectuais deste país” queira que “Mogadouro seja subserviente a Miranda do Douro”? -----

----- Acredita verdadeiramente que um homem com a craveira moral e intelectual do Dr. Amadeu Ferreira fosse capaz de pensar tal coisa? -----

----- O senhor Dr. Antero que diz que “o dr. Amadeu Ferreira lhe merece a sua consideração pessoal e intelectual não acha incoerente o seu procedimento? -----

----- Senhor Dr. Antero, o senhor ao longo da sua intervenção chamou amigo ao Dr. Amadeu Ferreira. Eu interrogo-me se ele gostará de ter amigos assim”. -----

----- **ANTÓNIA CARDOSO** – Interveio e disse: -----

----- “Muitas das coisas que aqui se passam, eu chamar-lhe-ia, mais, fofocas do que problemas do município e fofocas eu defino-as como brinquedos assassinos de pessoas pouco felizes. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, eu estou de facto admirada, como num ano Sr. Presidente da Câmara, não, toda a câmara se pode fazer tanta coisa mal feita. É que houve 12 anos de mandato do PSD e quase tudo o que aqui se falou já vinha mal e não foi aqui dito, eu pergunto porquê? É que ninguém trouxe aqui esses problemas e quando alguém os trazia calavam-nos, não respondiam e agora é porque é uma pedra ali, é um passeio não sei aonde que já vem de não sei quantos anos, portanto, muitas coisas não passam de fofoca e sobretudo, também, me queria referir, porque o Sr. António, Sr. Presidente da Junta de Bemposta, esta não posso deixar de referir, o problema das auxiliares de Bemposta, até porque tocou-me na pele e posso-lhe dizer que fui levada à certa. Fui levada à certa, eu, a própria Câmara e o próprio executivo do Agrupamento de Escolas de Mogadouro. Foi-me dito que tinham apenas 3 horas, que estavam descontentes com o que estavam a ganhar, com o vencimento e, de facto até a mim me parecia desumano, segundo a história que me era contada e só estavam comigo nos intervalos, o tempo que eu estive lá, estive sozinha na sala, os intervalos não falhavam, levavam os meninos a almoçar e a ajudar a vigiá-los nos intervalos. O facto é que se veio a saber que tinham um contrato de 8 horas, portanto, não houve ali seriedade, nem comigo, nem com a Câmara, nem com o próprio Agrupamento e houve uma altura em que me foi dita esta frase “Vocês agora aceitam assim e se nós ganharmos as eleições o problema resolve-se”. Então o Sr. Presidente

*tinha a receita, tinha a resolução do problema, tinha para agora correr tudo bem. Constou-me ou parece-me que está mesmo a tratar disso. -----
----- Quero dar aqui os parabéns à Vereadora Joana que vai oferecer um Kit ao pré-escolar, um Kit de trabalho que, até agora, o pré-escolar tinha sido ignorado e nós sabemos bem que é a primeira pedra na educação. Parabéns. Sei que o faz não pelo facto da pose para a fotografia, também sei que não é esse o seu palco de vida, mas que o faz pela convicção de que a educação e a cultura são de facto as armas mais poderosas da defesa de um povo, mas também quero aqui reiterar mais uma vez, pelas informações que tenho, este município ainda não terá sido contactado para a municipalização do ensino. Sei que há muitos, já piloto e a aderirem à municipalização e essa transferência de poderes deve ser enquadrada numa lei de financiamento e autonomia das escolas do ensino básico e secundário, nomeadamente, no que diz respeito à gestão do pessoal docente e não docente, a câmara não deverá aceitar porque assim evitaria estes problemas. É que o ministério está a pôr-se fora de uma coisa que está definida na Constituição, isto, deverão ser sempre competências do Ministério da Educação porque, o processo da municipalização do ensino visa apenas retirar ao Estado responsabilidades que, constitucionalmente lhe cabem, portanto, não tem que o município as aceitar”.* -----

ANTÓNIO MARTINS – No uso do direito de resposta, interveio e disse que queria referir-se à membro anterior, Antónia Cardoso que, quando falou no nome dele e disse que ele teria a solução para o problema da falta de pessoal auxiliar na escola de Bemposta, este esclareceu que não seria ele, mas sim a Junta de Freguesia, que esta podia ser parte da solução, se a Câmara assim o entendesse. Informando-a ainda que, no passado, com o anterior executivo, aquela junta nunca tivera que se imiscuir nesses assuntos porque, eram resolvidos sempre em tempo útil, explicando-lhe que na altura em que a câmara não podia contratar pessoal para ali colocar, fez-se, através de protocolo a transferência de verbas destinadas ao pagamento de pessoal auxiliar que a junta requisitava ao Centro de Emprego. -----

JOSÉ PRETO – Interveio e lembrou que fazia precisamente naquele dia um ano que tinha havido as eleições autárquicas e, democraticamente o povo tinha elegido o Sr. Presidente da Câmara Municipal do concelho de Mogadouro, embora com escassa diferença de votos, mas que, em democracia, o povo é quem decide. Que, depois de eleito aceitou, através da formal tomada de posse, liderar os destinos do município e arcar com as responsabilidades e deveres do exercício do cargo de presidente da câmara, o que ele considerou ser de uma enorme responsabilidade, assim como cumprir um programa sufragado eleitoralmente, correspondendo às expectativas dos eleitores e concretizando o princípio do custo de oportunidade, ou em expressão da relação básica entre escassez e escolha, em que cada cêntimo deve ser gasto

na certeza plena de que nenhuma outra opção seria suscetível de representar mais benefícios para a comunidade, afirmando “*é aqui que de facto se vê a diferença entre os bons e os maus líderes, entre os bons e os maus presidentes de câmara para além de que é sempre um bom sinal ter uma visão política de desenvolvimento para o município o que não é o caso*”. -----

----- Quis lembrar ao senhor Presidente da Câmara que a Lei 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 35.º, alíneas c) e s) do ponto 1, referem que a Câmara Municipal deve dar toda a informação e resposta às solicitações apresentadas e aprovadas neste órgão, portanto, à Assembleia Municipal. Disse-lhe que tinham apresentado na última sessão deste órgão um requerimento solicitando informação achada importante, sensível e pertinente para o esclarecimento de dúvidas e até àquele momento, de acordo com a informação prestada pelo senhor Presidente da Assembleia, a quem tinha sido solicitada essa resposta nada tinha sido entregue. Entendeu que era uma atitude que enforma de uma prática democrática marcada por alguma ilegalidade, de total desrespeito por este órgão, lamentando que continuem à espera da resposta ao solicitado naquele requerimento cuja informação é para eles (grupo parlamentar) de interesse relevante. -----

----- Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se, para ele, a segurança do concelho, era ou não um assunto importante, por causa de ainda não ter constituído o Conselho Municipal de Segurança, lembrando-lhe que a Assembleia Municipal, em devido tempo, tratou de escolher e apresentar os seus representantes. -----

----- Quis ainda lembrar o senhor Presidente da Câmara do *slogan* apresentado na campanha eleitoral do Partido Socialista que dizia “*as pessoas conosco as pessoas primeiro*” e que, agora, é descurado por ainda não ter constituído o Conselho Municipal da Juventude tão solicitado nesta Assembleia por um membro daquele partido no anterior mandato. -----

----- Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara se tinha inquirido ou não os mogadourenses acerca da implantação da Casa Mortuária, pois que tivera afirmado numa assembleia anterior que o iria fazer, que iria obter uma opinião balizada e só depois decidiria sobre aquilo que seria o futuro da Casa Mortuária, constatando, afinal que não o chegou a fazer e avançou com a construção daquela infraestrutura onde alguém lhe disse que seria a melhor localização e que tal não teve a concordância da maior parte das pessoas. -----

----- Terminou, referindo que a páginas seis da ata número dezasseis de dois mil e catorze, ata da reunião do executivo, aludia-se no último parágrafo, em itálico “*à existência de atos administrativos feridos de ilegalidades insanáveis*” (*sic*) e perguntando ao senhor Presidente da Câmara se era verdade a existência daqueles atos, o que lhe parecia muito grave, caso fosse mesmo verdade. -----

----- **ANTERO NETO** – Interveio e leu um excerto da notícia publicada no Jornal Nordeste, edição do dia dezasseis de setembro de dois mil e catorze que dizia o seguinte: *“Cada uma das autarquias que integram a CIM – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes tem agora um pelouro ficando responsável por uma área específica ...o presidente do município de Vila Flor ficou com as redes de abastecimento público, infraestruturas e saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos. A rede de equipamentos de saúde foi entregue à autarca de Alfândega da Fé, Berta Nunes. O presidente da câmara de Mirandela, António Branco tem a pasta da rede educativa e de formação profissional. O autarca de Bragança, Hernâni Dias é responsável pelo ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais. O pelouro da segurança social e proteção civil cabe ao presidente do município de Macedo de Cavaleiros, Duarte Moreno, já a mobilidade, comunicação e transportes foi entregue ao autarca de Vimioso, Jorge Fidalgo. O presidente da câmara de Mogadouro, Francisco Guimarães é responsável pela rede de equipamentos públicos, ao passo que o autarca de Vinhais, Américo Pereira tem o pelouro da promoção de desenvolvimento económico, social e cultural”*. Rematou dizendo que, perante o que tinha acabado de ler, *“ficamos com nada, porque isto, rede de equipamentos, isto a mim não me soa a nada”*. Entendeu que havia ali identificadas, individualizadas competências específicas em todos os presidentes de câmara, menos no de Mogadouro, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se aquilo seria a redução do município de Mogadouro à sua ínfima expressão, o desbaratar de um prestígio acumulado ao longo dos últimos mandatos através deste executivo. -----

----- A seguir, interpelou o senhor Vice-Presidente, Evaristo Neves, em relação a uma questão que o tinha deixado baralhado, nomeadamente a votação dos elementos do executivo quanto à adesão à ZASNET porque, tinha lido na ata de uma reunião que aquele vereador tinha votado contra a adesão, defendendo os interesses dos mogadourenses e, passados quinze dias, numa outra reunião, tinha alterado o sentido de voto, estranhando tal comportamento para o que pediu explicações. -----

----- Terminou referindo que ficava contente por saber que alguém lia os seus livros, mas aconselhou que comece pelo Prefácio, achando ser mais educativo e que é por ali, pelo princípio, que se começa. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Interveio e começou por dizer que aceitava todas as recomendações ali deixadas, não as citando, mas especificando, a questão da toponímia abordada pelo membro Ilídio Martins que disse ser a do falecido António Azevedo porque, a deliberação ainda não tinha sido cumprida passado tanto tempo desde a sua aprovação.

----- Continuou, proferindo: *“De facto há muitas coisas que os nossos homens e os nossos trabalhadores se esquecem de sinalizar, os buracos, e*

não só, fica muita coisa por aí espalhada”, relatando o comportamento de um munícipe perante um acidente que tivera muna grade de proteção, que como sinal de revolta a fora colocar à sua porta de casa. -----

----- Sobre o assunto do parque infantil do bairro São Sebastião disse que dava a palavra ao senhor Vice-Presidente. -----

----- Sobre o inquérito de alteração dos dias de feira, informou que o mesmo iria para discussão pública, prometendo trazer o resultado na próxima sessão. -----

----- Questionado sobre a obra da Casa Mortuária respondeu que esta foi adjudicada por cento e quarenta e nove mil, cento e noventa e seis euros e oitenta cêntimos (€149.196,80), disse ser um terço do custo que estava anteriormente projetado pelo anterior executivo. Confirmou que a maquete não está lá, mas a obra está a ser feita com a anuência da diocese e do pároco de Mogadouro e as luminárias colocadas na alameda também tiveram o consentimento dos dois para serem lá implantadas e que, a breve prazo, ainda irão fazer mais. -----

----- Assumi haver necessidade de constituir os Conselhos Municipais da Juventude e de Segurança, como já tinha sido lembrado por alguns membros nas duas últimas sessões, garantindo estar já a tratar de ambos. ---

----- Respondeu ao membro José Branco e entregou, por escrito, ao Presidente da Mesa, os seguintes números e valores: *“No ano de 2013, a partir do dia 18 de outubro, foram efetuados 14 pedidos e desses pedidos como eram só educação e desporto não cobramos verba nenhuma. No ano corrente já houve até ao dia 25 de setembro, 89 pedidos, entre os quais não só com a educação e desporto, mas outras atividades e como tal cobraram-se já taxas no valor de 3.028,17 euros”*. -----

----- Referindo-se à questão levantada por um membro da assembleia sobre a existência de um elemento do Gabinete do Presidente da Câmara fazer produção de eventos, disse desconhecer. -----

----- Em resposta ao membro António Martins disse que, nem todas as obras em execução são do anterior executivo, lembrando-lhe que era bom ter cuidado antes de falar, que não queria ali levar louvores e que também reconheceu sempre aquilo que os outros fazem. Lamentou ainda dizer-lhe que a remodelação da rede de água e saneamento de Bemposta não tivesse sido feita nos doze anos dos mandatos anteriores, que era um compromisso seu e que irá mandá-la executar, aconselhando o senhor Presidente da Junta de Bemposta a ter paciência. -----

----- Informou que os equipamentos da autarquia têm andado avariados, a niveladora, a giratória que não sabia se era por culpa de já virem de trás, se era por culpa dos manobradores, mas que para a limpeza das valetas já tinham adquirido um destroçador que estava em vias de fazer um outro bom negócio que adiante dará conta dele à Assembleia, assumindo, ali, desconhecer que a buldózer tem estado parado há cerca de um mês. -----

----- Achou preocupante, tal como o membro João Meira já o tinha dito, a Monografia do Concelho de Mogadouro ainda não ter sido entregue, dado que o anterior executivo já efetuara o pagamento na totalidade. Que também iria averiguar a situação do vídeo feito pela UTAD. -----

----- Respondendo ao membro José Preto recordou que, naquele dia, vinte e nove de setembro, fazia um ano que, com a confiança dos mogadourenses tinha ganho as eleições autárquicas, independentemente dos escassos doze votos de diferença nos resultados e respondeu-lhe desconhecer existirem maus líderes. -----

----- Comunicou que decidiram não avançar com o inquérito sobre a construção da Casa Mortuária, atendendo à redução dos custos desta nova localização e que, no final da obra, falariam se tinham gostado ou não. -----

----- Respondendo ao membro Antero Neto fez saber que a entrega de pelouros na Comunidade Intermunicipal foi feita pelo Presidente da Comissão, não tendo hipótese de se ter pronunciado. -----

----- **EVARISTO NEVES** – Interveio e respondeu ao assunto do parque infantil do bairro São Sebastião, justificou dizendo que, sendo uma obra no cento da vila sabia que iria suscitar algumas dúvidas ou desconfianças, mas achou ser normal, concluindo que as obras agradam a uns e desagradam a outros. O parque serve mais crianças porque tem, agora, mais valências. Contou a opinião de um munícipe que lhe disse: *“Fez-se um polidesportivo, sem qualquer preconceito, para os ciganos, até que enfim, fazem um polidesportivo para os aldeanos”*. Disse ainda: *“Relativamente aos prazos. É verdade que entregou o projeto mais cedo, mas isso é um bom sinal do que o prazo que lhe tinha sido dado, tinha-se-lhe dado um prazo de 20 dias, salvo o erro, e, ele, ao fim de semana tinha o projeto feito, também não era muito difícil e a obra, é verdade, que iniciou, mas isso é uma questão menor, isso é uma questão, vamos lá ver administrativa, vale a pena estar a levantar questões desse género? Será que, no passado, não se fez igual? Valha-me Deus.”* -----

----- Relativamente à ZASNET confirmou que mudou o sentido de voto, dizendo que, na primeira votação votou contra porque, tinha sido eleito para defender o concelho de Mogadouro. Na segunda votação, optou pela abstenção porque, atendeu ao Memorando, apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, na sequência de uma reunião que este teve com o senhor Secretário de Estado juntamente com os Municípios de Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo, onde ficaram escritas as salvaguardas ou limitações territoriais que a ZASNET poderia implicar para o concelho de Mogadouro. Terminou referindo que se absteve porque, continuava com algumas dúvidas que aquele projeto transfronteiriço traga uma mais-valia para Mogadouro. -----

----- **JOANA DA SILVA** – Interveio e explicou a situação da escola de Bemposta quanto às auxiliares. Que foi abordada pelos pais das crianças,

explicando as dificuldades que a câmara tem em contratar pessoal, no entanto tinha conseguido arranjar uma pessoa em Bemposta que reuniu as condições através do Centro de Emprego, referindo-se ainda que a proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia daquela localidade para ajudar na resolução do problema, exigia contrapartidas da parte da câmara. -----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Interveio para dizer que, atendendo a tantos pedidos, decidia alargar este período, concedendo aos inscritos três minutos para, cada um dos oradores, usarem da palavra. -----

----- **ANTÓNIO MARTINS** – Interveio e dirigindo-se à senhora Vereadora Joana Silva disse-lhe, que poderia ter completado a ideia da contrapartida, informando que não seria contrapartida financeira porque, a junta poderia assumi-la, os cento e oitenta euros por mês, para manter uma funcionária na escola para cuidar das crianças daquela freguesia e mais seis ou sete freguesias, mas sim uma reunião com ele, ela e o Senhor Presidente da Câmara e avisou que a proposta da junta mantém-se. -----

----- Disse ainda que o problema da água em Bemposta é a pressão da mesma, derivado à adução de água através do setor nascente, o que provoca rebentamentos frequentes e ruas esburacadas resultado das reparações constantes nas redes já antigas e deterioradas e que a sua preocupação é a qualidade da água e os buracos nas ruas, bem como os desperdícios que disse serem da responsabilidade do município e não da junta porque é aquele que paga a água gasta e desperdiçada que continua a exigir a remodelação da rede de águas em Bemposta agora, e como vinha requerendo ao anterior executivo. -----

----- **JOSÉ PRETO** – Interveio e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse-lhe que se o custo do projeto da casa mortuária era de um terço do que aquele que estava previsto no anterior executivo, concluiu que também o projeto em si é um terço daquilo que estava predestinado porque, achou que o custo daquela obra é um valor de saldo questionando se não terá a ver com a questão do ajuste direto, a fim de cumprir a lei da contratação pública. -----

----- Relativamente à página seis da ata número dezasseis de dois mil e catorze do executivo, disse existir a dada altura, em itálico o seguinte: *“Votaremos contra a ratificação dos atos administrativos supra referenciados por entendermos que os mesmos enfermam de ilegalidades insanáveis e que continuam a repetir-se em todos os procedimentos que o atual executivo levou e continua a levar a efeito”*. Disse que isto era muito grave e a Assembleia merecia uma explicação da parte do executivo. -----

----- A respeito do pelouro entregue ao presidente da câmara na CIM, entendeu que, se não era de facto o pelouro que entendia ou pretendia, não devia aceitá-lo porque, em seu entender, a notícia em si, não prestigiou nada nem o senhor presidente, nem o município de Mogadouro. -----

----- **DANIEL RIBEIRO** – Interveio e criticou a questão deixada pelo senhor Vice-presidente a respeito do parque infantil do bairro São Sebastião sobre o polidesportivo para os ciganos e o polidesportivo para os aldeanos. -----

----- Quanto ao assunto da ZASNET quis lembrar também aquele eleito, que mesmo vendo por escrito as não implicações para o concelho de Mogadouro, os estatutos podem ser alterados e as implicações ou restrições que não tinham naquele momento podem vir a surgir no futuro, aconselhando-o que tivesse muita atenção. -----

----- Sobre o assunto do elemento do gabinete do presidente da câmara como agente de espetáculos, explicou que o problema não era o não estar coletado, mas sim, a figura da incompatibilidade, pretendendo ver a situação esclarecida. -----

----- **JOSÉ BRANCO** – Interveio para lembrar ao senhor Presidente da Câmara que não lhe tinha respondido quando questionado acerca da posse do dono do terreno onde está a ser construída a casa mortuária, se é da paróquia de Mogadouro ou da diocese de Bragança, não crendo que esteja a Câmara a fazer filhos em mulheres alheias. -----

----- Em relação ao parque do bairro São Sebastião e virando-se para o senhor vice-presidente disse: *“Não é a questão, se gosta ou não se gosta, são as ilegalidades praticadas pelo Sr. Vereador em fazer obras antes de abrir as propostas e como é que é possível o empreiteiro fazer a obra, se o engenheiro entrega o projeto da referida obra a partir de 28 de agosto? Ou há dois projetos e duas aprovações? Inicialmente fez um projeto para fazer a obra antes de 28 de agosto. Dia 28 de agosto o engenheiro entrega um novo projeto. Começa-se a casa pelo telhado ou pelos alicerces?”*. ---

----- **ILÍDIO MARTINS** – Interveio e disse: *“Senhor Presidente só duas pequenas notas. Já começa a ficar, um bocado cansativo este discurso. A Câmara anterior fez, a outra deixou de fazer. Os méritos são de uma, os méritos são de outra. Eu gostava que interiorizássemos para nós o seguinte. A Câmara é uma entidade que tem a sua dignidade, que tem o seu respeito, que é intemporal, é perpétua. Enquanto não for extinta é como os amores do Vinicius e, portanto estar sempre a dizer nós fizemos, aqueles deixaram de fazer... Vá ver se nos vamos concentrar no que vamos fazer daqui para a frente, evidentemente, não enjeitando as responsabilidades do que está para trás, mas que as responsabilidades nos sirvam não para fazer acusações nem para obter desculpas, mas para perspetivar o que se deve fazer para o futuro. Seria uma boa medida que isso passasse a ser assim. Quero ter a oportunidade de felicitar o senhor Presidente da Câmara pelo pelouro que recebeu porque eu não acho que o pelouro seja assim tão fraco, o pelouro que ele tem na Comunidade Intermunicipal. Se é um pelouro de equipamentos abrange uma série de coisas, até pode ser notável, tudo depende dos meios que lhe derem para prosseguir e levar a*

bom cabo este pelouro. Se ele conseguir levar a bom cargo este pelouro, acho até notável, até pode começar por ir tratando da sujidade dos equipamentos de limpeza em Mogadouro. Olhe, aí está. Pode começar por aí. Deixar só aqui uma achega sobre a questão da casa mortuária, eu julguei que a casa mortuária fosse indistintamente para católicos, protestantes, ateus ou agnósticos, mas pelos vistos não, só pode ir para lá quem o senhor bispo deixar e o senhor padre deixar. Então porque é que já tem licença do Sr. Bispo e do Sr. Padre? Por amor de Deus! -----

----- Sobre a propriedade da alameda, eu tenho sérias dúvidas e gostava que o assunto fosse estudado por quem tem mais conhecimentos do que eu. Há, dos fins do século passado, uns estatutos de uma confraria da Nossa Senhora do Caminho. Era bom ir a essa fonte estudar o assunto e ver se aquilo é do bispo, se é da confraria. Se a confraria já morreu e se já faleceu para quem é que passaram os bens da dita confraria. É preciso saber se o município não tem ali uma palavra a dizer. De maneira que não e parece, neste caso, seja fazer filhos em mulher alheia. O que me está a parecer é que se querem chamar à paternidade bispos e padres que têm obrigação de castidade. Isso é que é diferente. Não vamos por aí. Muito bem prega frei Tomás. Discordo de si, como discordo dos membros do seu partido presentes no executivo, porque a obrigação deles não é dizer há ilegalidades, é dizer assim, está aqui uma ilegalidade e apontá-la e fazer queixa e participar a quem devido. Assim, é que se trata dos assuntos, não é botar para o ar coisas. Está aqui uma ilegalidade e basta uma”. -----

*----- **ANTÓNIO GONÇALVES** – Interveio e leu a seguinte intervenção:*

----- “Sr. António Martins considerando que: -----

1 – Já confirmou ter recebido a totalidade das verbas do protocolo referente à “piscina” (mais de 90.000 euros). -----

2 – Já disse que gastou trinta e cinco mil euros + 7 ou 8.000. -----

3 – Disse que para lançar a obra tinha que ter disponível na totalidade a verba para a custear. -----

4 – Sublinhou “que a piscina vai ser feita”. -----

----- Mas ... a piscina continua parada. -----

----- Queira desculpar a minha ignorância e explique-me como se eu fosse muito burro, mas eu gostava de saber se: -----

1.º - A piscina tem projeto? -----

2.º - Se o tem qto custa a sua execução? -----

3.º - Se a C.M. já deu à J.F. o que lhe era devido a J. de F. já facultou à C.M. o que esta pediu (Procedimento Administrativo da obra). -----

4.º - Tem ou não dinheiro para concluir a piscina? -----

Se o tem, porque se mantém parada? Se o não tem, como pensa conseguir-lo? Será com outro protocolo? Escrito ou apenas verbal? -----

----- O sr. é exímio na realização de protocolos e dino é exemplo o celebrado entre a C.M. e a J.F. de Bemposta em que a C. Municipal

transferia verbas para que a J.F. pagasse um suplemento remuneratório a duas senhoras colocadas nas escolas de Bemposta já pagas pelo Centro de emprego, sendo que uma delas é esposa de um membro da J.F. -----

----- Não pondo em causa a competência das senhoras nem a qualidade do seu trabalho em minha opinião é ética e moralmente reprovável e apesar de aprovado por unanimidade nesta assembleia como acabou de dizer não sei se será legal. -----

----- Relativamente às inscrições da ronda anterior a mesa anunciou dez inscrições. Falaram onze pessoas. -----

----- A última não devia ter falado”. -----

ANTÓNIO MARTINS – Interveio e usando da palavra perguntou qual era a opinião da câmara em relação à piscina de Bemposta, se era a favor ou contra, para que ficasse de uma vez esclarecido, dizendo saber que, se a obra não tivesse arrancado no mandato anterior, agora, não era iniciada e que houve obras construídas quando ele chegou à junta, concluindo que há pessoas, que não conseguem lidar muito bem com o sucesso de outros. Disse ainda estar de consciência tranquila quanto à construção da piscina de Bemposta, enumerando as importâncias protocoladas e já gastas na obra. Referiu a inspeção da DGAJ e o elogio por esta deixado ao trabalho executado por aquela junta. -----

----- Quanto ao assunto da escola, concluiu que as funcionárias tinham sido contratadas pela direção da escola e o pagamento pela Câmara através do protocolo já referenciado anteriormente, aprovado também numa das sessões da Assembleia Municipal. -----

----- **FERNANDO MEIRA** – Interveio e referiu-se ao facto de, o anterior executivo ao qual ele pertenceu, que tinha as contas em dias, ter mandado elaborar a monografia de Mogadouro e ter pago vinte e cinco mil euros, sem estar o trabalho estar concluído, finalizando que, “*se calhar isso é que é uma ilegalidade*”. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Interveio e dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta de Bemposta lembrou-lhe que o pelouro da Educação pertence à senhora Vereadora Joana da Silva, entendendo que seria com ela que deveria ter tratado os assuntos da escola. -----

----- Sobre a casa mortuária informou que a obra está a ser erigida em espaço municipal e em espaço da paróquia e que está a ser ultimado um acordo entre as duas entidades a respeito desta construção. -----

----- Referiu que era contra a localização da piscina de Bemposta que, na sua opinião, havia outros bons sítios para aquele empreendimento que, naquele, quase não há espaço para estender uma toalha. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACECA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO –

ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do assunto em epígrafe e não houve intervenções. -----

2.2 3.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DE 2014 – ANÁLISE E APROVAÇÃO: - Foi presente a Terceira Revisão do Orçamento Municipal da Despesa do ano de dois mil e catorze, na importância de quinhentos e noventa e cinco mil euros (€595.000,00), em Inscrições/Reforços e Diminuições/Anulações. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para explicar as razões desta revisão ao Orçamento Municipal da Despesa para o ano em curso, enumerando as rubricas em causa, concretamente, aquisições de bens diversos; aquisições de serviços; transferências correntes para instituições sem fins lucrativos; famílias; aquisição de bens de capital, investimentos e construções diversas, tais como, viadutos, arruamentos e obras complementares, instalações desportivas e recreativas e outros e equipamento básico. -----

----- **A membro Antónia Cardoso** interveio e questionou a assembleia sobre o que achavam acerca da construção de mais instalações desportivas e recreativas, entendendo que já não há necessidade de construir mais polidesportivos porque as aldeias estão a ficar desertificadas e não havendo crianças não se justifica este tipo de investimento, achando que os dinheiros deveriam ser canalizados para construir ou empregar noutras coisas. -----

----- **O membro José Preto** interveio para referenciar que não deixando de concordar com a opinião manifestada por aquele membro, entendeu que estes equipamentos também fazem falta noutras épocas do ano, em que as aldeias estão cheias de crianças e jovens que as visitam, justificando assim o voto favorável da bancada do PSD quanto à construção de polidesportivos e da aprovação deste ponto da Ordem do Dia. -----

----- Colocada à votação pelo senhor Presidente e, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Terceira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa para o ano de dois mil e catorze. -----

2.3 4.ª REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014 – ANÁLISE E APROVAÇÃO: - Foi presente a Quarta Revisão do Plano Plurianual de Investimentos do ano de dois mil e catorze, na importância de duzentos e noventa e cinco mil euros (€295.000,00), em Inscrições/Reforços e de quinhentos e noventa e cinco mil euros (€295.000,00), em Anulações/Diminuições. -----

----- Colocada à votação pelo senhor Presidente e, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a

Quarta Revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e catorze. -----

----- **2.4 2.ª REVISÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014 – ANÁLISE E APROVAÇÃO:** - Foi presente a Segunda Revisão do Plano de Atividades Municipal do ano de dois mil e catorze, na importância total de dezanove mil euros (€19.000,00), em Inscrições/Reforços e zero euros em Diminuições/Anulações. -----

----- Colocada à votação pelo Senhor Presidente e, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Segunda Revisão do Plano de Atividades Municipal para o ano de dois mil e catorze. -----

----- **2.5 AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA – COMUNICAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2014 A LIQUIDAR EM 2015 – ANÁLISE E APROVAÇÃO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento, através de Certidão e da explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara que o órgão executivo tinha deliberado, por unanimidade, propor os valores mínimos das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de dois mil e catorze e a liquidar no ano de dois mil e quinze, da seguinte forma: -----

----- “a) *Prédios urbanos ainda não avaliados pelas regras do CIMI: 0,5%* ----
b) *Prédios urbanos avaliados pelas regras do CIMI: 0,3%* -----
c) *Prédios rústicos: 0,80%.*” -----

----- **BELMIRO FERREIRA** – Interveio e disse já ter estudado várias vezes este ponto e continua sempre a achar que é uma injustiça completa. Continuou dizendo: “*É uma injustiça não taxar mais os moradores de Mogadouro e beneficiar os das aldeias porque o território é todo um. E se nós queremos gente nas aldeias porque precisamos de floresta porque precisamos do mundo rural temos que lhe dar benefícios e, portanto tem que haver a coragem de uma vez por todas de agarrarmos e querermos dar benefícios a quem vive nas aldeias e isso são políticas e esse desenvolvimento faz-se assim. Atenção, continua a não ser o mínimo, é o mínimo na versão da câmara anterior e desta. O mínimo é 2.3 que pode ser, mas não estou aqui a discutir isso, é preciso, neste momento, beneficiar as aldeias. Começar a taxar o abandono das casas, taxar os terrenos que estão paralisados, tendo que se criar novamente loteamentos quando as infraestruturas já não aguentam. É preciso termos coragem de ir mais longe*”. -----

----- **FILIPA MARTINS** – Interveio e disse: “*O valor que me suscitou alguma dúvida relativamente àquilo foi fixado quanto aos prédios rústicos 0,8, eu pergunto, há terrenos agrícolas que vão ser taxados muito acima daquilo que é uma vivenda de luxo em Mogadouro, quando nós sabemos* -----

que os valores patrimoniais da maior parte deles são ínfimos, alguns deles eu tive oportunidade de passar, ver as cadernetas prediais e estão registados nas Finanças com valores de 2, 5, 10, 11 euros, cuja produtividade é diminuta ou estão ao abandono. Qual foi o critério de se definir estes valores mínimos? Eu achava que deviam ser revistos também os dos prédios urbanos. Não me parece que haja grande equidade independentemente de ser uma lei geral. Acho que se devia ter isso em atenção, porque se queremos que o nosso concelho continue a ter um investimento em termos agrícolas, acho que os agricultores já são manifestamente prejudicados pelas condições climatéricas e investimentos ultimamente na agricultura não tem havido assim tantos quanto isso, pelo menos que houvesse alguma equidade neste aspeto. Uma coisa é construir uma casa de luxo ou comprar um apartamento T3 por 100.000 euros em Mogadouro e outra coisa é ter que pagar o IMI de 0,8% de um terreno com poucos hectares que, se calhar, nem um hectare tem. Acho que devíamos ter alguma atenção na fixação destes valores”. -----

----- Colocado à votação e, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar os valores mínimos das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de dois mil e catorze e a liquidar em dois mil e quinze propostos pela Câmara Municipal supra referenciados. -----

----- **2.6 UNIDADE ORGÂNICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO – ANÁLISE E APROVAÇÃO:** - O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal,

que delegou no seu vice-presidente, senhor Evaristo Neves. Este, no uso das competências que lhe foram delegadas nesta área, na Câmara, explicou que esta alteração vinha na sequência do procedimento de Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) relativo ao projeto de Ampliação do Loteamento Industrial de Mogadouro, em que se verificou que a linha de água que integra o domínio hídrico também integra o sistema da Reserva Ecológica Nacional “Leitos dos cursos de água”, daí a nova Planta de Condicionantes e nova Planta de Implantação do Plano, onde se representam, respetivamente o “Leito do curso de água” que integra a REN e a sua integração na categoria de “Espaços Verdes de Proteção”. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento do assunto através da certidão extraída da ata da reunião do órgão executivo, onde se achava exarada a deliberação, tomada na reunião ordinária do passado dia nove de setembro, que a seguir se reproduz: -----

----- **“8. UNIDADE ORGÂNICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – ALTERAÇÃO AO PLANO DE**

PORMENOR DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação da Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e Urbanismo, com o número 1612/2014, datada de vinte e cinco de agosto de dois mil e catorze, na qual refere que, na sequência da reunião com a CCDR-N, e na sequência da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) relativa ao projeto de ampliação do Loteamento Industrial de Mogadouro em que se verificou que a linha de água que integra o domínio hídrico também integra o sistema da REN leitos dos cursos de água. -----

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Mogadouro relativa à Planta de Condicionantes e Planta de Implantação do Plano onde se representam respetivamente o “leito do curso de água” que integrava a REN e a sua integração na categoria de “Espaços Verdes de Proteção”. -----

----- Mais foi deliberado dar conhecimento ao proprietário do terreno da respetiva alteração. -----

----- Foi ainda deliberado submeter a presente proposta de alteração ao Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Mogadouro à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. -----

----- O membro José Maria Preto interveio e referiu que, mediante as explicações apresentadas pela Câmara Municipal, a sua bancada, nada iria opor à aprovação do pretendido, mas lamentou, o facto de não lhe ter sido entregue documentação de suporte para analisar este assunto com a devida antecedência. -----

----- Colocada à votação pelo senhor Presidente, a Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, com a alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, aprovar a presente proposta de alteração ao Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Mogadouro. -----

2.7 COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL – AUTORIZAÇÃO DAS DESPESAS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL, INCÊNDIO DOS PICÕES. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA ATÉ AO VALOR DE €220.000, 00 DE ACORDO COM O N.º 3 DO ARTIGO 18.º DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8 DE JUNHO – ANÁLISE E APROVAÇÃO: - O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou o assunto, conforme constava da Certidão, remetida pelo órgão executivo e, deu conta de um contrato de auxílio financeiro, celebrado entre

a Direção-Geral das Autarquias Locais, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e o Município de Mogadouro, tendo como objeto “a mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio em Picões”, entre o dia oito e onze de julho de dois mil e treze, no concelho de Mogadouro. -----

----- Com base na informação apresentada pelo Comandante Operacional Municipal explicou ainda que, a referida candidatura prevê, no seu ponto número dois “*Transportes e Mobilidade*”, do Plano de Investimento o montante total elegível de duzentos e treze mil, novecentos e vinte euros (€213.920,00) e que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho: “*As câmaras municipais ... podem autorizar a realização de obras ou reparações por administração direta até, respetivamente, 30 000 contos (€149.639,37) e 10 000 contos (€49.879,79), podendo estes valores ser aumentados pelas respetivas assembleias deliberativas*”. -----

----- Rematou, dizendo que o executivo solicitava àquele órgão deliberativo, autorização para a realização de obras ou reparações por administração direta até ao valor de duzentos e vinte mil euros (€220.000,00), bem como a repartição de encargos. -----

----- Ouvida a explanação, o senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação e a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por ser um procedimento relativo a despesas que dão lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir parecer favorável à assunção de compromisso plurianual para repartição dos encargos emergentes do referido contrato celebrado para os anos de dois mil e catorze e dois mil e quinze. -----

----- **2.8 U.L.S.N. – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, EPE E OS MUNICÍPIOS DE MOGADOURO, MIRANDA DO DOURO E VIMIOSO. REPARTIÇÃO DE CUSTOS PLURIANUAIS, AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Interveio o senhor Presidente da Câmara para dizer que este é um protocolo a celebrar entre a Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE e o conjunto de parcerias constituídas para a continuidade da Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos do Planalto Mirandês, nos concelhos de Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso, com o objetivo de proporcionar atendimento integrado e multidisciplinar a doentes a necessitar de cuidados paliativos, tendo-se comprometido o município a apoiar financeiramente este projeto pelo período de cinco anos, de modo a garantir a sua sustentabilidade e ulterior integração no Serviço Nacional de

Saúde através da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados porque a Fundação Calouste Gulbenkian deixou de o poder continuar a financiar. -----

----- Informou ainda que o Município de Mogadouro afetou a este projeto uma verba anual no montante de catorze mil, quatrocentos e doze euros e quarenta e seis cêntimos (€14.412,46) para pagamento de serviços para a implementação dos cuidados no domicílio e outros, pagamentos estes, a serem efetuados nos anos de dois mil e catorze, dois mil e quinze, dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete e dois mil e dezoito. -----

----- **ILÍDIO MARTINS** – Interveio e começou por demonstrar o seu desconhecimento em relação a este tipo de protocolo de colaboração e uma grande confusão entre este e a assistência prestada nas Unidades de Cuidados Continuados. Depois de esclarecido, disse que não tinha mais nada a dizer acerca do assunto. -----

----- Após a explicação prestada pelo senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação e a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por ser um procedimento relativo a despesas que dão lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir parecer favorável à assunção de compromisso plurianual para repartição dos encargos emergentes do referido protocolo de colaboração celebrado para os anos de dois mil e catorze a dois mil e dezoito. -----

----- **2.9. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RSU’S PARA ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA, LAVAGEM E MANUTENÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA PARA OS CONCELHOS DO DOURO SUPERIOR” REPARTIÇÃO DE CUSTOS PLURIANUAIS, AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Interveio o senhor Presidente da Assembleia para comunicar que a Certidão, contendo o teor da deliberação tomada pelo órgão executivo só tinha sido entregue no início da sessão, por ter sido tomada na reunião da Câmara somente no dia vinte e três de setembro último, portanto, uma semana antes da sessão que decorria, encontrando-se, em cima da mesa de trabalhos, para consulta, uma cópia das retificações propostas ao Caderno de Encargos do Concurso Público Internacional do referido processo. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara que deu uma breve explicação sobre o pedido efetuado pela Associação de Municípios do

Douro Superior de Fins Específicos, por ter sido aquela entidade a levar a cabo o procedimento administrativo em análise. -----

----- **SANDRA MESQUITA** – Interveio para fazer uma solicitação ao senhor Presidente da Câmara quanto à entrega atempada de assuntos que revestem o caráter daquele que estava para aprovação, por considerar ser um assunto que carecia de análise prévia para depois ser votado, voltando a referir-se à colocação de uma funcionária a tempo completo nos serviços administrativos do Núcleo da Assembleia Municipal no período de ausência, por motivo de doença da trabalhadora afeta àquele serviço. -----

----- **JOSÉ PRETO** – Interveio e referiu-se também ao curto espaço de tempo que reúnem os membros desta assembleia para analisarem e prepararem-se para a aprovação de um assunto desta importância, o qual carecia de uma análise atempada com documentos enviados com a devida antecedência. -----

----- Comunicou ainda, na qualidade de representante da bancada do seu partido, não iam impedir à continuidade do processo em causa, mas dada a falta de informação adequada e atempada, iriam abster-se na aprovação do assunto em causa. -----

----- **ANTÓNIO CORDEIRO** – Interveio e confirmou, também, a falta de documentação com a devida antecedência, mas compreendeu, na medida em que o processo até foi conduzido por uma Associação de Municípios e o tempo que a Câmara Municipal teve também foi curto para lhes ser remetido tudo atempadamente, informado que a votação da sua bancada iria no sentido de aderir e votar favoravelmente ao solicitado, considerando a explicação do senhor Presidente da Câmara. -----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Interveio e referiu que compreendia a posição dos membros que assinalaram a falta de documentação para análise prévia do assunto, considerando ainda pouco esclarecedora a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Para ajudar na compreensão do mesmo, leu o seguinte trecho constante do Caderno de Encargos: *“A entidade adjudicante é a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, pessoa coletiva ...órgão que tomou a decisão de contratar foi o Conselho Diretivo da AMDSFE em reunião de 14 e 29 de julho de 2014, tendo sido determinado o procedimento de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia. Objeto: o presente concurso tem por objeto a adjudicação de uma proposta de acordo com as condições específicas do programa de procedimento e do caderno de encargos para a celebração de um contrato para aquisição da prestação de serviço de recolha e transporte de RSU’s para a estação de transferência, lavagem, desinfeção e manutenção de contentores e limpeza urbana para os concelhos do Douro Superior que inclui os concelhos de Freixo de Espada*

à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa. O preço de 4.300.000,00 € pelo prazo de 5 anos”. -----

----- Colocado à votação pelo senhor Presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria (com dezoito (18) votos a favor da bancada do Partido Socialista, à exceção de um (1) dos seus membros e vinte e seis (26) abstenções dos membros do Partido Social Democrata e do membro Ilídio Martins), nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por ser um procedimento relativo a despesas que dão lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir parecer favorável à assunção de compromisso plurianual para repartição dos encargos emergentes da referida prestação de serviços para cinco anos. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PSD PROFERIDA PELO MEMBRO JOSÉ MARIA** – *“O nosso sentido de voto não vai contra aquilo que é de facto a parte substantiva do concurso, ou seja, a sua necessidade, a sua utilidade, mas, sim, pela questão administrativa, por causa da falta de documentos, por causa da falta de informação, é só por esta razão, nada mais”.* -----

2.10 OUTROS ASSUNTOS

----- **SANDRA MESQUITA** – Interveio e disse que, ao ter lido a relação dos compromissos plurianuais, nem todos os processos estavam numerados, exemplificando com a prestação de serviços da empresa Luz da Vela, Lda., pedindo explicações ao senhor Presidente da Câmara porque considerou ser uma falha grave para o caso de consulta por qualquer dos membros daquela assembleia. Reparou ainda que havia procedimentos concursais que já tinham atingido o seu término e ainda constavam da relação e outros com validade de um mês, dizendo que não podia ser, que havia muitas incorreções. -----

----- Referindo-se à Zona Industrial disse entender que esta zona é para os jovens apostarem, é para pessoas que queiram apostar no empreendedorismo, montar a sua própria empresa, achando muito bem a preocupação de criar a terceira fase, das conversas tidas com a REN sobre a alteração da linha de água, propôs ao executivo a renegociação com a EDP ou com a REN a captação de verbas com vista a ajudar os empreendedores, por achar que aquelas são empresas que veem buscar muita riqueza à nossa região. -----

----- Sobre a proposta de alteração ao Regimento de funcionamento deste órgão, disse que lhe custou muito ouvir tal de uma das pessoas que tinha feito parte do grupo de trabalho da feitura do mesmo. Estranhou ter ouvido tal proposta. -----

----- **ANTÓNIO GONÇALVES** – Interveio e disse: -----

----- *“Sr. António Martins, o senhor em concreto não respondeu a nenhuma das perguntas que lhe fiz.* -----

----- Sr. António Martins, o senhor quer colocar Bemposta fora do Município de Mogadouro? -----

----- É que quando nesta Assembleia se recusa a responder a perguntas que têm que ver com dinheiros municipais e só quer que elas lhe sejam feitas pelos membros da A.F. de Bemposta em Bemposta ficam com essa ideia. -----

----- Se só quer ser interrogado em Bemposta e responder em Bemposta porque vem às reuniões da A. Municipal? -----

----- **ILÍDIO MARTINS** – Interveio e começou por avisar os senhores Presidentes das Juntas que não se preocupassem com a desertificação das aldeias porque “há um plano da autoria do professor Joaquim Azevedo que o Conselho Nacional do PSD aprovou há dias para revigorar a natalidade em Portugal”. -----

----- Sobre a monografia disse discordar em parte das palavras proferidas pelo membro João Meira, esclarecendo que o que era importante era o pagamento antecipado, mas sim “a quantidade de asneiras que já veem escritas, isso é que é grave”, embora também não achasse correto o procedimento do pagamento. -----

----- Prosseguiu, dizendo que, da leitura das atas do órgão executivo, continua sem saber o que se passa com os lagos do Sabor e com a “famigerada barragem hidroelétrica de Algosó em colaboração com o Município de Vimioso, coisa que já se arrasta há uns anos”. -----

----- Disse continuar sem saber o que se passa com os serviços de Finanças e da Segurança Social, em Mogadouro. -----

----- Lembrou novamente o interesse que continua a ter nas atas das reuniões da Comissão de Toponímia. -----

----- Pediu, por fim que fosse feita a respetiva retificação, proferindo: “A primeira Presidência da Câmara Municipal de Mogadouro foi feita por uma comissão administrativa presidida por Manuel Pardal de Castro. Na altura não havia Constituição. O governo era exercido através de decretos da Junta de Salvação Nacional, embora houvesse diversos ministérios. Foi considerado que devia haver uma proximidade entre os eleitos e os eleitores e que as câmaras que não fossem ratificadas, os executivos camarários não perdurariam. Foi em Mogadouro eleito, embora não com regras eleitorais como hoje há, porque as regras eleitorais decorreram da Constituição aprovada em 76 e das eleições desse ano e mais tarde vieram as eleições autárquicas. Até ali não podia haver eleições com boletim de voto, com sessões de propaganda e convocatória. Não havia lei que permitisse, estavam todas as leis fora de execução, derogadas. As anteriores a 33, as que decorriam de 33, exceto, se fosse necessário, portanto, tratou-se de uma eleição como era conhecido de um documento emanado do Governo Civil de Bragança. Tratou-se da eleição feita democraticamente, embora não com as regras que hoje temos. Daí eu

continuar a considerar que querem postergar ou que querem ofender a memória do homem. Felizmente os outros elementos ainda estão vivos, poder-se-ão defender por eles. Eu estou aqui a defender a memória de alguém que muito deu a este concelho e que muitos querem denegrir. É uma pena que se esqueça o passado para tentar reescrever a História. A História não se reescreve. A História respeita-se ou não se respeita, não há maneira de a corrigir. Não há maneira de a reescrever”. -----

----- **ANTÓNIO MARTINS** – Interveio e respondendo ao senhor Presidente da Câmara disse que a piscina de Bemposta tem mais de duzentos metros quadrados para estender a toalha, o projeto encontra-se na Secção de Obras que pode e deve ser consultado e que é um projeto bem elaborado tendo custado três mil e quinhentos euros. Está feita de acordo com a legislação, em condições de poder funcionar como uma piscina pública, obedecendo a critérios muito exigentes de espaço. A obra está em construção. Achou o local ideal, embora possa ser discutível, por situar-se num local onde há outras zonas de espaços públicos, jardins, um pavilhão, zonas de lazer e, ironizando, até junto de uma casa paroquial. -----

----- Em resposta ao membro António Gonçalves disse que era de Bemposta e com muito orgulho e não era seu objetivo fazer mais uma divisão administrativa, retirando Bemposta do concelho, que esta tem um lugar de liderança, tem monografia e genealogia, enaltecendo o aspeto cultural da sua freguesia para o concelho. -----

----- Referindo-se às torneiras que colocaram na localidade da Figueirinha, nos fontanários públicos, disse continuar a discordar por não serem práticas para o uso das pessoas residentes idosas, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que providenciasse a sua substituição por outras de fácil utilização. -----

----- **JOSÉ BRANCO** – Interveio e perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual foi o destino do dinheiro recolhido com os participantes da corrida colorida e quais foram os custos para os cofres da autarquia. -----

----- Alertou para o facto de um sinal de trânsito, colocado junto às escadas que dão acesso ao café Montanha e perto do marco do correio, na vila, estar muito baixo, pouco mais de um metro, achando não ser aquela a altura ideal. -----

----- Perguntou se a batida ao javali que ia ter lugar em Valverde, por altura da Feira dos Gorazes, era iniciativa da Câmara Municipal ou da Associação de Caça e Pesca de Valverde. -----

----- **ALTINO ALEIXO** – Interveio e disse: *“Permita-me dar só aqui um aparte que é o seguinte. As coisas, quando há poucas, devemos preservá-las e como há pouco espaço também acho, como sabem a necessidade às vezes aguça o engenho, pode haver muito espaço António, mas uma toalha assim estendida na residência de um padre é sempre ... em segundo lugar, queria dizer que eu percebi muito bem a insinuação do Sr. Presidente. Sr.*

Presidente da Assembleia, como todos sabem, mais uma vez, volto a repetir, não tenho problemas nenhuns, em termos humanos, em termos pessoais, sou, considero-me grande amigo dele também considero que ele seja meu amigo, em termos políticos está tudo dito, cada um fique com aquilo que pensa. Agora queria-vos falar da batata, como sabem a batata como outro tubérculo qualquer, como semente, como o trigo que é outra semente qualquer ... Sabem que para ter uma boa produção de batata normalmente tem que se utilizar semente nova, nunca ninguém pode dizer que fez uma boa colheita de batata quando conseguiu a semente nos seus terrenos. Como sabem a semente não se cria em qualquer lado e como sabem há programas para melhoramento de espécies, inclusive como o tratamento e melhoramento dos embriões até já há bebês provetas, portanto, como sabem as sementes, há muitas pessoas que passam pela vida inteira delas a fazer estudos sobre sementes. Semente para quê? Para melhorar espécie, raça, qualidade e conseguir ter novos produtos e novas produções e nesse aspeto, penso que estamos conversados não se deve adiantar muito mais sobre esse assunto e quando nós conseguimos incutir todos, neste caso, os agricultores, e vamos supor. Vamos dar o exemplo de produtores de batatas, se incutirmos e demonstrar-lhes que, de facto, têm ganhos, têm lucros em plantar, semear todos os anos com uma semente diferente, nova, isso já é bom. Agora queria-lhes dizer também o seguinte, como sabem nós, quando concorremos a qualquer lugar, quer político, quer outro, mandamos currículos e lá, no currículo, dizemos assim, na política ... através de experiência, através de lugares por onde nós passamos vamos aprendendo e então eu acho que as pessoas que estão dentro da política que só vão enriquecer o seu currículo e só vão ficar mais sábios quando passarem por todas as fases, qualquer político que se prese tem que passar pela oposição, era só isso que vos queria dizer". ----

----- **JOÃO MEIRA** – Interveio para dizer que, no anterior executivo, do qual também fez parte, chamou algumas vezes o órgão para o facto de se pagar demasiado pela carteira de seguros da autarquia, que se fossem postos a concurso, com certeza, baixaria o seu custo. Elogiou o atual executivo por ter tomado essa decisão e ter conseguido diminuir os gastos para metade, de noventa mil euros para quarenta e cinco mil, considerando ser uma redução substancial. -----

----- Continuou dizendo que idêntico procedimento foi tomado para os telefones, referindo que também ficou satisfeito com tal atitude, salientando que aqui, a redução foi de três mil e quinhentos euros para mil e setecentos ou à volta disse. -----

----- Vagamente, foi alertando que, por alguém falar num tom mais alto não significava que tivesse razão. -----

----- **ANTÓNIO CORDEIRO** – Interveio e disse que tinha sido lembrado por um membro da sua bancada que o mobiliário do Salão Nobre,

mais especificamente as cadeiras, é de “*certo modo anacrónico e envelhecido*”, entendendo também que deveria ser renovado, escolhendo-se cadeiras e mesas de apoio mais confortáveis, apresentando, por escrito, o requerimento que adiante se transcreve: -----

----- “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro, -----
----- A Bancada do PS vem apresentar a proposta de recomendação a esta Assembleia Municipal de que seja renovado o equipamento do Salão Nobre da Autarquia, nomeadamente no que concerne à substituição das cadeiras disponibilizadas aos Deputados e Deputadas, já que as mesmas são manifestamente desconfortáveis por serem pouco ergonómicas, além de não possuírem mesa lateral amovível que permita aos Membros da Assembleia disporem os documentos de trabalho e redigirem as suas propostas, intervenções e notas pessoais. A colocação de mesas, à semelhança daquelas existentes à frente de cada bancada partidária, seria uma mais-valia para que se criassem condições a uma maior e melhor dinâmica dos trabalhos dos Deputados desta Assembleia. -----
----- Mogadouro, 29 de setembro de 2014. (Assinada por oito membros”.*

----- **BELMIRO FERREIRA** – Interveio e leu o seguinte texto: “*Bemposta faz dentro de alguns dias 50 anos sobre a sua inauguração. Dá atualmente aos cofres do município uma verba superior aos 400 mil euros anuais. No protocolo firmado entre a Associação Nacional de Municípios e a EDP ficou definido que cerca de 270 mil euros eram para investimentos/obras. Na base desse protocolo foi comparticipada a futura piscina de Bemposta, mas Bemposta precisa de mais investimentos, remodelação do cais e sua legalização; o acesso da barragem até ao cais; a recuperação da piscina do Cardal; a recuperação do património municipal; infraestruturas de águas e esgotos; estrada Bemposta/Urrós pela rua Pena de Areia são cerca de 6 Kms (menos); proteção civil; bocas-de-incêndios e respetivos carretéis; acesso do cais, ao cais Solé e recuperação do respetivo castro. Bemposta tem muitas necessidades e somos grandes, portanto, convém olharem por nós. E ainda bem que a EDP comparticipou a piscina de Bemposta”.* -----

----- **JOSÉ PRETO** – Interveio e disse que concordava com a intervenção do membro António Cordeiro e com a recomendação sobre a remodelação do mobiliário do Salão Nobre que serve de apoio às sessões daquele órgão. Lembrou, que já, em tempos, propôs que se reunisse num outro local, avançando, a exemplo, Bemposta. -----

----- Voltou a pedir a atenção do senhor Presidente da Câmara para a reperfilação do troço da ponte que irá ligar Mogadouro a Macedo de Cavaleiros, fazendo pressão, junto da EDP. -----

----- **ALTINO ALEIXO** – Interveio e, no uso do direito de resposta, disse, virando-se para o membro José Maria: “*Não tinha que falar no meu nome*”, o qual tinha feito um reparo à sua intervenção. -----

----- Enalteceu o seu trabalho na Câmara Municipal, no lugar para o qual fora nomeado, dando a conhecer que já contribuiu muito para o aproveitamento de dinheiros do terceiro Quadro Comunitário de Apoio para candidaturas no concelho de Mogadouro, que o senhor Presidente da Câmara ainda nem estava informado, mas que, muito em breve, o iria colocar a par da situação e desprestigiou a forma como o membro José Maria Preto tinha exercido o cargo de diretor do Agrupamento de Escolas de Mogadouro. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Interveio e respondendo à membro Sandra Mesquita disse que iria chamar atenção os trabalhadores da Divisão dos Serviços Integrados da Presidência quanto à elaboração da relação dos compromissos plurianuais pela falta de numeração de alguns dos processos e de outros constarem na relação após o seu término. -----

----- Falou sobre os lagos do Sabor e das suas localizações. -----

----- Sobre o aproveitamento hidroelétrico de Algosó, informou que a empresa Hidroerg, responsável pelo projeto irá proceder a uma reformulação do mesmo, tendo em vista o reforço da potência de energia, a pedido de ambos os municípios envolvidos, Mogadouro e Vimioso. -----

----- Confirmou que a Segurança Social pediu à Câmara Municipal instalações para os seus serviços, mas quanto às Finanças não houve alterações desde que deu informações na última sessão. -----

----- Deixou um reparo ao anterior Executivo, dizendo que, embora tivessem feito referência na Monografia de Mogadouro, não existe no Salão Nobre o quadro com a fotografia do seu avô que também exerce, em tempos, o cargo de Presidente da Câmara. -----

----- Sobre o caso das torneiras dos chafarizes públicos do lugar da Figueirinha disse que não iria denunciar o caso. -----

----- A respeito da caminhada colorida realizada pela Autarquia no início do verão, informou que as despesas couberam à Autarquia e as receitas obtidas caíram nas contas da Associação dos Funcionários da Câmara Municipal de Mogadouro para apoio social a pessoas desfavorecidas do concelho. -----

----- Disse que a batida ao javali que iria decorrer em Valverde na altura dos Gorazes era uma iniciativa da Associação de Comerciantes, Industriais e Serviços de Mogadouro (ACISM). -----

----- Prometeu que a Câmara iria pensar na proposta de recomendação para remodelação do mobiliário (mesas e cadeiras) do Salão Nobre. -----

----- Disse concordar com o pedido efetuado pelo membro José Maria em relação à estrada nacional duzentos e dezassete Mogadouro-Macedo de Cavaleiros. -----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Interveio para dizer que se encontravam encerradas as intervenções. -----

----- A Segunda Secretária da Mesa, Teresa Cordeiro, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, dando por encerrada a presente sessão às treze horas e trinta e cinco minutos. -----

A funcionária de apoio

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal,

(*Ilídio Granjo Vaz*)

¹⁾ Esta ata é constituída por 14.868 palavras, distribuídas por 34 páginas.